

A EDUCAÇÃO AMBIENTAL CRÍTICA, UM ESPAÇO DE REFLEXÃO E DE LUTAS POLÍTICAS

ENTREVISTA COM **CARLOS FREDERICO BERNARDO LOUREIRO**

CONCEDIDA À BÁRBARA DE CASTRO DIAS

O Professor Carlos Frederico Bernardo Loureiro¹ foi o quinto entrevistado em nossa pesquisa de mestrado: "Em Busca de uma *Práxis* em Educação Ambiental Crítica: Contribuições de alguns pesquisadores do Brasil"². É graduado em Ciências Físicas e Biológicas (licenciatura) pela Universidade Federal do Rio de Janeiro, possui graduação em ecologia (bacharelado) pela mesma instituição. Mestre em Educação pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro e doutor em Serviço Social pela Universidade Federal do Rio de Janeiro.

Atualmente é professor associado da Faculdade de Educação da Universidade Federal do Rio de Janeiro, professor dos programas de pós-graduação em educação (PPGE) e em psicossociologia de comunidades e ecologia social (Eicos), ambos da UFRJ. Líder do Laboratório de Investigações em Educação, Ambiente e Sociedade (LIEAS/UFRJ). Pesquisador do CNPq, professor colaborador do Programa de Pós-Graduação em Educação Ambiental da FURG.

Autor de inúmeros livros e artigos de Educação Ambiental. Parecerista *ad hoc* de diversos periódicos, CNPq, Capes e Fundações de Amparo à Pesquisa. Suas linhas pesquisa abrangem: a educação ambiental e os movimentos sociais; educação ambiental e escolas e educação ambiental na gestão pública.

Currículo Lattes - <http://lattes.cnpq.br/5548225546111298>.

Loureiro foi um dos três primeiros nomes que pensamos em nossa pesquisa, além dele, selecionamos outros dois pesquisadores: Philippe Pomier Layrargues e Mauro Guimarães. Essa seleção seguiu alguns critérios como: (1) relevância da produção teórica dentro do campo da Educação Ambiental Crítica; (2) a auto-identificação desses próprios pesquisadores em passagens de seus textos com a Educação Ambiental Crítica; (3) e a nossa identificação teórico-conceitual e acadêmica com esses autores. Após a entrevista, visando a continuidade da pesquisa, foi solicitado

¹ A autorização para a publicação dessa entrevistas foi concedida pelo professor Carlos Frederico Bernardo Loureiro, via e-mail, mediante algumas ponderações/correções realizadas pelo mesmo.

² DIAS, B.C. Em Busca de uma *práxis* em Educação Ambiental Crítica: Contribuições de alguns Pesquisadores do Brasil. Dissertação de Mestrado, Programa de Pós-graduação Stricto Sensu, Mestrado em Ensino de Ciências, Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio de Janeiro (IFRJ), Campus Nilópolis, RJ, 2013.

que o professor pesquisador entrevistado, indicasse outro professor, que na sua concepção, poderia ser relevante para a pesquisa.

Entrevistamos o professor Loureiro, numa praça no bairro da Tijuca, o que proporcionou um momento *sui generis*, em nossa pesquisa acadêmica. Loureiro destaca alguns pontos essenciais a uma *práxis* crítica em educação ambiental, como por exemplo, de que a teoria crítica leva a uma *práxis* crítica, e que essa *práxis* não pode ser dissociativa nos seguintes elementos: indivíduo-coletividade, teoria-prática, privado-público. Ele rebate também uma opinião recorrente no campo da educação ambiental, onde os educadores ambientais críticos, são acusados de serem muito teóricos, mas que em verdade isso não passa de uma falácia: “não, os críticos não são muito teóricos, os críticos são teórico-práticos, porque isso é por definição.”

Pondera também que o educador ambiental crítico, tem que se esforçar para construir um completo entendimento de uma *práxis* crítica que em sua opinião envolve os seguintes movimentos: “[...] eu tenho que estudar, tenho que estar ali com a mão na massa, mas eu tenho que ter distanciamento, eu tenho que fazer as coisas no cotidiano, tenho que estar no espaço coletivo, tenho que me preocupar com a minha vida privada mas também tenho que me preocupar com as questões públicas.” Segue abaixo a entrevista com o Professor Carlos Frederico Bernardo Loureiro:

Bárbara: Quais os elementos da *práxis* de uma educação ambiental que se propõe crítica?

Loureiro: Acho que essas inquietações são importantes, oportunas e tenho procurado discutir isso em alguns debates que tenho participado, e em alguns textos também. Primeiramente vamos falar sobre algumas contraposições para depois eu afirmar. Sobre essas inquietações, como é que a gente lida com isso no nosso dia-a-dia? É muito comum, mas reflete uma dificuldade e uma tendência muito grande das pessoas quererem uma aplicação muito imediata e não mediata dos processos sociais.

Então, quando visamos um pressuposto importante da educação ambiental crítica é essa capacidade de questionamento e de historicizar e situar historicamente os processos sociais, desnaturalizando aquilo que é apresentando pela sociedade como é; porque sempre foi assim, e isso não é uma verdade. Os processos hoje em curso são processos historicamente construídos, são relações sociais que têm pessoas nesse processo, o que significa que grupos sociais se tornaram hegemônicos e dominantes ao longo da história. Então, não é assim simplesmente porque é assim.

Ao fazer esse tipo de análise, de reflexão sobre o mundo, isso pressupõe uma indissociação entre os processos mais cotidianos dos processos mais coletivos, pois aí é que está a dificuldade da coisa; é aí que está parte de uma crítica que não é muito correta em relação aos críticos. Quer dizer o seguinte: "ah, vocês sempre questionam tudo", sim, pois na verdade a questão não se esgota na sua ação mais imediata de aplicação imediata, que esse é o padrão corrente nos processos educativos hoje.

Então, quando você vai discutir a água, o que as pessoas querem discutir é o que as pessoas fazem no seu dia-a-dia: "eu fecho a torneira", "eu tomo um banho que dura x tempo", "eu não lavo assim ou eu lavo assado". Sim, mas quem quer entender que essa água para chegar a esse uso individual passa por um processo? Ela passa por um processo que é quase uma produção: captação, limpeza, distribuição. Enfim, é um processo longo e o uso diferenciado é autorizado por esse Estado que está aí, é ele que legitima, porque eu recebo água e uma comunidade, mas o município de Queimados não recebe; por que a grande produção de soja recebe água e autorização e outorga para água e o pequeno produtor não recebe? Por que tem gente hoje que está passando sede no interior da Bahia e gente que pode esbanjar água de piscina olímpica uma vez por semana? Então, esses usos são definidos em uma esfera que não é imediata, ela é mediata por uma série de processos sociais, que primeiro você precisa conhecer para poder intervir, e é preciso intervir nessas esferas.

Então, a primeira dificuldade é que as pessoas não estão dispostas a fazer reflexões de fundo, pequenas coisas imediatamente, é uma leitura muito pragmática. A segunda dificuldade é que elas não entendem que a prática também está nesses espaços coletivos de intervenção. Não é só naquilo que você faz com seu dia-a-dia, com a sua família ou com você mesmo, está na participação política, no envolvimento em organização política, em movimentos sociais, em debate público, em conselhos, em comitês de bacias, em fóruns e isso faz parte da prática da educação ambiental, da prática política do processo educativo, seja ele ambiental ou não. Para nós, uma coisa não pode estar descolada da outra. O problema não é a dificuldade de aplicação prática, o problema é da dificuldade de opção de mundo. É isso que cria uma série de tensões na sua própria prática e no seu próprio fazer, que envolve questões específicas do cotidiano e questões mais macro. E você tem que saber lidar com essas duas dimensões porque uma coisa não pode estar dissociada da outra.

A dificuldade não está na aplicação, porque não é uma coisa de aplicar, é uma coisa de você vivenciar e ser aquilo, para nós que estamos envolvidos nisso o tempo inteiro também é angustiante, porque não depende só de mim, pois quando você

atua na esfera coletiva, não depende só de uma pessoa. Se eu quero ter carro ou não quero ter carro, se quero tomar banho de 20 minutos ou de 5 minutos é uma decisão minha – em termos – porque eu tenho condição econômica de morar num lugar que tem água regular e fazer as coisas que quero, como comprar um carro ou não, por exemplo. Enfim, na minha atual condição a decisão é minha. Mas decidir o uso da água não é uma decisão só minha. Eu tenho que intervir em comitê, em conselhos, tenho que intervir na construção da política pública, discutir o plano de bacia, discutir enquadramento de corpo hídrico, tenho que participar desses espaços e tenho que conhecer para poder participar. Então, e mesmo assim, eu posso manifestar minha posição e não ser vencedor, porque é um processo mediado por várias outras questões que não dependem apenas de mim e isso gera certa angústia nas pessoas. Aí elas acham que não dá para fazer, pois também é uma disputa política.

Às vezes as pessoas fazem essa colocação: "os críticos são muito teóricos". Não, os críticos não são muito teóricos, os críticos são teórico-práticos, porque isso é por definição. As pessoas esquecem que essa montanha de coisa que eu escrevo (e eu tenho uma produção realmente) talvez seja a maior do Brasil: são mais de 170 publicações, mas tudo que escrevi foi em cima de alguma coisa que eu vivenciei na prática, só que às vezes eu não menciono, mas todas as minhas inquietações foram em cima de demandas práticas.

Até porque eu não paro, é só ver minha vida: participei da construção das normas da gestão de água, participei da construção de criação de comitê de bacias hidrográficas em um monte de lugar no Brasil, vivenciei experiência em unidade de conservação para definir metodologia para área de conservação e agora estou participando de projeto para definir norma de uso público para religiões e práticas religiosas em unidade de proteção integral. Isso tudo são vivências.

De licenciamento eu tenho experiência no Brasil inteiro, de Itajaí até Sergipe, seja de reunião com comunidade ou participando de processos com pescador, com quilombolas, etc. Quando nós formulamos em cima de uma prática pensada, não é uma prática que vem descrita, ela é uma prática amarrada, ela é uma prática refletida, porque sempre fiz questão de fazer a mediação com as questões teóricas disso aí. Mas todas essas coisas que eu já escrevi – todas elas – vivenciadas. Só que eu não vejo muito sentido de ficar falando da vivência sem a reflexão e a construção do conhecimento, pois o que interessa para o outro na verdade, ou deveria interessar, não é o que eu vivi, mas o que eu construí a partir disso. Em relação ao conhecimento e em termos de caminhos possíveis, não temos que ficar descrevendo. Eu me incomodo muito com esses trabalhos hoje em dia de pessoas querendo

mostrar o que fazem e ficar descrevendo o que fazem, porque descrição do que fazemos não é pesquisa, aliás, essa não é uma questão nova para educação, pelo contrário.

Bárbara: Quer dizer que um relato de experiência docente não seria uma pesquisa?

Loureiro: Não. Não é visto como pesquisa.

Bárbara: Porque em alguns encontros você pode apresentar um trabalho de relato de experiência.

Loureiro: O que é interessante em certos momentos para ilustrar certas questões, mas isso não é produção de conhecimento.

Bárbara: Por que às vezes é específico de algum lugar?

Loureiro: Exato. A questão para produzir um conhecimento é como você, a partir daquela experiência, estabelece a análise em cima de categorias conceituais e produz algo a partir disso. O produto não é a experiência, o produto é o que você refletiu sobre a experiência. É isso que vai servir para outras experiências. Mas a sua experiência, em si, ela é ilustrativa de uma situação vivida, mas ela não é um conhecimento gerado. Essa é uma discussão comum na educação, porque volta e meia ela surge para nós. Volta e meia essa discussão aparece, de que não se deve aprovar textos que são relatos de experiência porque não é produção acadêmica, não é pesquisa, não é produção de conhecimento. O que está ali é um componente da produção do conhecimento.

Da mesma forma eu sou contra o teorismo e até tenho um texto sobre isso. Você me cobra "crítica ao teorismo e ao praticismo"³ porque não pode ser nem uma coisa ou outra. Por que as pessoas que dizem que fazem, dizem: "Ah! Está vendo? Eu estou aqui fazendo enquanto você está aí lendo". Sim, mas aí você também tem que ter o tempo para ler, porque senão você faz por fazer, você está reproduzindo uma série de coisas que você acha que está ajudando a superar e não está ajudando a superar porque simplesmente você reproduz aquilo que já está aí.

Então quando você chega à escola e reproduz essa lógica de uso da energia da água que está aí, enfim, do solo dos alimentos, você está reproduzindo que é a origem da própria degradação. Qual é a diferença? Nenhuma. Sim, vamos pensar em

³ LOUREIRO, C. F. B. . Crítica ao teorismo e ao praticismo na educação ambiental. In: Neto, A. C.; Macedo Filho, F. D. e Batista, M. S. da S.. (Org.). Educação ambiental: caminhos traçados, debates políticos e práticas escolares. 1ed.Brasília: Liber Livro Editora, 2010, v. 1, p. 15-32.

questões instrumentais do dia-a-dia, mas por diferencial da crítica vamos pensar como é que eu ajudo, como é que eu construo um processo que essa pessoa que está ali, na prática instrumental, também está sendo capaz de pensar sobre aquilo, e estar pensando em como alterar o que ela muitas vezes é obrigada a fazer porque não tem outra escolha, pelas condições objetivas de vida.

Então essa compreensão não é muito comum, as pessoas hoje em dia acham que é perda de tempo você ler. Como você vai entender o mundo se você não estudar? Seria muito bom se o mundo fosse de uma expressão mais direta: “esse é o mundo que eu vejo, esse é meu mundo e acabou”, mas o mundo não é só isso. Existem relações e as relações não são aparentes totalmente. Aparência é o fenômeno da relação, para eu mergulhar e compreender a relação eu tenho que ter a capacidade de compreender aquilo e de me distanciar, vivenciar, praticar e me distanciar para poder pensar sobre aquilo, então tem que ter esse tempo.

Do distanciamento, da reflexão, do conhecimento para poder ser capaz de superar aquela situação que está sendo apontada como problemática, como crise, etc. Porque eu acho muito engraçado as pessoas falarem em crise e fazerem tudo igual. Fazem tudo igual: vejo na rede de educação ambiental as pessoas metendo o malho nos movimentos sociais do campo, mas esses movimentos existem por quê? São pessoas que não têm nada para fazer ou por que as contradições objetivas do capitalismo geraram pessoas sem terra, sem alimento, sem água? Você acha que as pessoas se reúnem porque não tem nada para fazer e aí vão fazer movimentos sociais por que não têm nada para fazer? Mas reproduz isso e depois diz “o mundo está acabando, a água está assim, a terra está acabando, desertificando”, mas não é do além que está nascendo.

Bárbara: É as pessoas têm que entender o cerne.

Loureiro: Isso é relativo ao modo que se produz. Aqui tem propriedade, mas como é que eu posso intervir nisso? Não é só na minha ação cotidiana, eu preciso intervir no Estado, eu preciso interferir na construção da política pública, eu preciso atuar politicamente, ver quais são os partidos que hoje me representam, ir para um debate com deputado, com vereador. Isso tudo faz parte, não é perda de tempo. Isso é parte do processo de construção da sociedade. Então, o desafio para mim não é na aplicação, o desafio é não perder o fio da navalha porque é muito tênue esse limite entre o que você pode fazer no seu dia-a-dia ou o que você pode fazer numa esfera mais coletiva e pública. Qual o limite para você não perder tempo demais discutindo questões que não são centrais, porque entra num teorismo, então você vai negar um praticismo e pode cair num teorismo. Você pode negar as práticas só privadas do mundo cotidiano e cair também em uma discussão eterna no espaço

com o coletivo e ser incoerente com você mesmo, porque você faz coisas que não refletem sua própria posição nesses espaços coletivos.

Para mim esse é o desafio – o desafio da própria *práxis*: encontrar esses equilíbrios, que não é um equilíbrio estático e não é um equilíbrio único para todo mundo, cada um tem o seu equilíbrio, mas é isso que as pessoas precisam estar pensando e encarando como desafio: eu tenho que fazer, mas eu tenho que estudar, tenho que estar ali com a mão na massa, mas eu tenho que ter distanciamento, eu tenho que fazer as coisas no cotidiano, mas tenho que estar no espaço coletivo, tenho que me preocupar com a minha vida privada mas também tenho que me preocupar com as questões públicas. Esse equilíbrio para não perder o compasso entre essas dimensões é que eu acho que é o desafio maior da educação ambiental crítica, naquilo que ela se propõe. Todos nós tendemos a ser mais alguma coisa do que outra coisa e todos nós também acabamos nos acomodando em certos lugares sociais que a gente constrói ao longo do tempo e nem sempre isso é bom.

Então, a premissa principal, para mim enquanto crítico, é essa capacidade de questionar as coisas sempre, de compreender as relações que constituem o fenômeno, o fato social, para poder intervir nisso e o outro é exatamente buscar esse equilíbrio entre uma esfera coletiva, entre o público e o privado, entre o cotidiano e entre os espaços de atuação coletiva. Estou vendo que lá na TKCSA (Companhia Siderúrgica do Atlântico) é a mesma coisa. Eles têm uma escola de 30 milhões de reais, uma escola sustentável. Por que o poder público brasileiro, o Estado, não tem condição de investir 30 milhões por escola no Brasil? Onde é que está o dinheiro? É uma escola que tem o direito de ter professor em tempo integral, biblioteca, ar condicionado, material didático, computador, etc. Uma maravilha. Do ponto de vista da experiência é ótimo e do ponto de vista de quem está ali também é ótimo. É lógico que se eu tivesse meu filho morando ali na região eu ia querer colocá-lo lá dentro, pois sairia de lá empregado.

Veja como essas questões são difíceis das pessoas abordarem, pois elas não fazem essas mediações: do ponto de vista pessoal é ótimo, mas e do ponto de vista social? Por que o meu filho pode, mas 99% das outras crianças da idade do meu filho não vão poder ter uma escola como aquela? Esse percentual não vai sair dali e não vai ser empregado com um ótimo salário de trabalhador qualificado de uma siderúrgica porque nessa cidade existe uma cota.

Então onde é que fica o direito de todos a uma escola de qualidade com professor com salário decente e de qualidade, em que o aluno tenha condição a vários conhecimentos a várias informações? Isso não é discutido. Mas aí alguém vai e diz: "Ah! A empresa é muito boa, olha o que ela faz pela comunidade", mas não discute a

produção, a cadeia produtiva que está inserida naquela empresa, e os efeitos ambientais e sobre o mundo do trabalho daquela lógica de produzir. Então, assim não é negar aquela experiência, mas saber onde foi parar nossa capacidade de exercer o controle social sobre esses projetos e sobre essas iniciativas. Cadê a participação dos professores na construção das políticas de educação ambiental? Você vai ver que grande parte não se envolve. Participações ativas de professor foram poucas, só nas políticas e nos programas.

Bárbara: Como professora, eu participei em 2009 de um programa da Secretaria de Estado do Ambiente, que foi até uma proposta interessante, mas não houve continuidade e não se levou em conta essa precarização da escola.

Loureiro: Mas por que não está funcionando? Por que é via Secretaria do Ambiente. A Secretaria de Educação não se envolve e assim não assume o compromisso. Como a Secretaria do Ambiente, que não tem competência sobre a escola, vai conseguir estruturar um processo desses? Não vai! Foi uma iniciativa importante, foi válido, mas ela promove aquilo e fica dependendo do professor tentar se virar para conseguir, pois a Secretaria de Educação não assume o compromisso que deveria assumir com os resultados daquele processo.

Assim, o que seria a construção da política pública? A educação sentar com o meio ambiente e dizer assim: "meio ambiente você vai aprovar esse processo, então nós vamos assumir isso, isso e isso". Existe um programa de educação ambiental que foi aprovado e nós vamos viabilizar os projetos por dentro, com orçamento da própria secretaria, centralizar, encontrar meios e aprovar fundos. Esse é o papel da política: sentar para discutir como é que faz para a escola materializar o que foi discutido nesse processo de formação. Como a Secretaria de Educação não assume a responsabilidade, o que acontece com o processo? O professor fala: "beleza, gostei desse negócio; mas e agora como é que eu vou fazer?" Mas não tem como. Ou então ele se vira, se for muito hábil.

Bárbara: Tentei me virar bastante, mas chega uma hora que.

Loureiro: Exatamente!

Bárbara: Aí você para e realiza mesmo aquele afastamento.

Loureiro: É! Não vai dar. Hoje você tem dois tempos de história, pois foram reduzidos os tempos de história na escola. Você vai dar educação ambiental com o pai do aluno nas suas costas que depois vai cobrar lá na frente. Ah! Mas o conteúdo previsto que vai cair nas provas e concursos, etc. Nos exames nacionais no vestibular você não deu tudo e aí você diz: "eu não dei tudo porque tem umas temáticas

importantes como a educação ambiental e nós discutimos sobre isso e isso é importante para a vida do seu filho". "Ah, cara pálida, importante para meu filho é arrumar um emprego, entendeu." Mas por que isso acontece? É isso aí: quem discute a grade curricular?

Bárbara: Agora eles estão querendo fazer, para o ensino médio, uma reformulação; derrubar as disciplinas, ter uma união. A ideia é interessante? E sua execução?

Loureiro: Vai ser complicado porque é isso que você tem como propostas, que são boas, mas parecem pensadas descoladas do real. Então, que tipo de projeto é possível? Vamos fazer a integração entre as disciplinas, o professor tem tempo para sentar para conservar com o outro para fazer planejamento conjunto? O professor de Geografia tem condição de sentar com o professor de Biologia ou com o professor de Química e dizer "vamos pensar em alguma coisa?".

É isso que falta, e eu já coloquei em mais de um livro essa coisa. Tem um pensador Norueguês que fala assim: "De tanto postergar o essencial em nome da urgência a gente acaba esquecendo a urgência do essencial" (Hadj Garm'Orin). Se tivermos que fazer, então vamos fazendo; mas o que é central, o núcleo duro da história, ninguém quer discutir.

Estão aí os programas de governo, mas cadê a Secretaria de Educação? Cadê o compromisso dela? O professor, por exemplo, que fizer aquele processo ele vai poder ter uma redistribuição de carga horária para se dedicar à educação ambiental. Poderia ser feito um acordo nesse sentido, ele vai ganhar um adicional, entende? Então, é curso por curso. Então é isso que a gente coloca como fundamental, não é enfiar programa em tudo. Isso é muito fácil para quem está lá na academia; isso é um embuste. É só ver minha vida: estou aqui, estou ali. O lugar que menos estou é dentro da instituição sentado.

Outro dia marquei uma reunião no Parque Nacional da Tijuca para discutir a criação do espaço sagrado na "Curva do S". Ai marque com a orientanda: olha vai ter que encontrar comigo lá em cima no alto, porque eu não to lá sentado no gabinete não, eu não fico sentado lá não. O lugar que você menos vai me encontrar é sentado dentro de uma sala; ou estou dando aula ou estou em algum lugar fazendo alguma coisa. Você vai encontrar comigo aqui na praça agora, em outro lugar meio-dia... É porque estou por aí no mundo.

Óbvio que o lugar de professor universitário permite eu fazer esse movimento, mas ele não é um privilegio do professor universitário. É que as pessoas efetivamente se acomodaram. Porque hoje o próprio professor de sala de aula, da

educação básica, naturalizou e hoje reproduz um círculo vicioso de que “a minha situação é uma porcária”, então tudo é uma porcária, “a minha pátria é uma porcária, eu também não quero estudar” e fica essa coisa assim. Então como é que rompe isso?

Conheço muitos professores que não lêem mais um livro, mas não abrem mão da novela. É um direito ver a novela, mas num processo político de enfrentamento você tem que decidir o que é prioridade em sua vida. Até para poder ter tempo legítimo de ver a novela, de ir à praia, de não fazer nada, de olhar para o teto, só que a condição de hoje não é para fazer isso.

Bárbara: Uma coisa que não entra na minha cabeça é um professor despolitizado. E a minha formação não é tão social assim, é social porque fiz licenciatura, mas sou da área da Biologia e teria tudo para não ser tão politizada. Quero dizer que as pessoas acham que a área das ciências são menos politizadas. Mas eu vejo professores das sociais e humanas que poderiam estar mais ali, mas são pessoas muito alheias. Não consigo entender eles (os professores) não se posicionarem para nada, não fazer um movimento. Se tiver uma assembléia do sindicato aqui no clube Municipal, quase ninguém vem. Não dá mesmo para entender um professor ser despolitizado.

Loureiro: Aí fica nessa daí, reproduzindo, por assim dizer. Eu já vi professores de escola privada numa condição salarial muito melhor assim: reproduzindo essas coisas, opiniões sobre movimento social, opinião que lê na VEJA, que escuta na TV Globo. Ora, vai estudar! Será que o movimento social é aquilo ali mesmo? É sua obrigação correr atrás disso. Mas hoje não tem condição, cada vez vai ter menos, pois cada vez vai ser mais precarizado porque você não reflete, está apenas reproduzindo o sistema e os que se apropriam disso é que controlam. Os políticos fazem cada vez mais políticas que beneficiam o capital. Então, cada vez mais você vai ter menos tempo. As pessoas não estão enxergando isso, mas é isso que está acontecendo. Precisamos ter essa compreensão e agir com essas questões que estamos colocando, entendendo essas mediações. Eu não tenho condição de ter uma prática que ajude a superar o que está aí sem reflexão e sem estudo; sem a ação coletiva, sem a problematização. Não tem condição. Não pode ser do tipo “Ah, está tudo aí, está tudo uma beleza, então o meu papel é só repetir o que está aí mesmo”.

Mas não é o que eu escuto dentro da educação ambiental. Porque às vezes eu escuto as pessoas falando e eu falo assim: uma das premissas mais elementares do ambientalismo de onde nasce a educação ambiental era essa coisa da negação do que está aí, dizer “olha o que está aí vai levar o planeta para o colapso”, isso seria uma das poucas que são consensuais. Se você está dizendo que o que está aí é uma

porcaria e você está fazendo exatamente o que está aí, tem alguma coisa errada. Ou então você diz para mim “não, eu não acho isso uma porcaria, o mundo é isso aí mesmo, aí vamos lá”, aí eu entendo.

Bárbara: Eu vejo muito isso com as pessoas que se envolvem nessa área ambiental. Não só professores, eu tenho contatos com outras pessoas. É muita essa parte do reformismo, mas não quer ir além. Só a reforma não vai adiantar.

Loureiro: Reformar o que está aí, isso é o próprio capital que está fazendo, a economia verde, minimizar os impactos para continuar acelerando a produção e o consumo. Uma pessoa vem e fala: “é exatamente isso aí mesmo, mas tudo bem”. Aí eu entendo que é uma opção consciente, mas não é o que eu escuto na maior parte das pessoas. As pessoas negam o que está aí, dizem que está errado, que isso vai acabar e que isso vai destruir, mas estão fazendo a mesma coisa. Então tem que ir contra o círculo. Eu não estou falando assim de comportamentos que, por estarmos vivos nessa sociedade, todos nós comemos na rua, todos nós vamos ao shopping; todo mundo em algum momento vai usar um carro, vai comprar uma roupa, às vezes uma marca que você não sabia que tem exploração infantil. Não tem como, só se você se isolar numa ilha perdida no pacífico.

Bárbara: As pessoas às vezes entendem isso também.

Loureiro: Eu quero mudar aqui, eu vivo aqui, eu não tenho como me isolar aqui, cada vez menos. Antigamente ainda se falava em ir para área rural. Hoje em dia a área rural está ali, cada vez você tem menos espaço de possibilidade de falar “eu vim pra cá para viver uma vida assim, não tenho nada a ver com essa sociedade capitalista, vim aqui viver outra vida”. Aonde e em que mundo? Cada vez menos você tem essa possibilidade e o capital também se expande. E essa não é uma alternativa, é uma opção egoísta: “opa, vou resolver o meu caso, o resto que se dane. Eu vou para uma comunidade alternativa lá no interior de Goiás”. E o resto da população faz o que?

Bárbara: Eu acho a mesma coisa quando vejo essas pessoas nessas comunidades. Elas são os mais egoístas: vão e se isolam do problema e vivem ali como se o mundo não tivesse problema.

Loureiro: Para muitos é muito cômodo, quero ver é aqui, discutir políticas de transporte urbano. Imagina ter que enfrentar mafioso, ter que enfrentar o *lobby* das multinacionais e o setor automobilístico. “É melhor eu ir por mato e me isolar.” Mas é isso, o desafio é esse, da concepção crítica é a *práxis* crítica é essa *práxis* não dissociativa: indivíduo-coletividade, teoria-prática, privado-público. É entender os movimentos contraditórios e mutuamente constitutivos dessas dimensões e agir

nisso. E hoje em dia é cada vez mais difícil agir nisso, porque é uma lógica cada vez mais pragmática, mais particularizada, mais individualista, então a tensão você sente no fazer.

Bárbara: Se eu perguntar sobre algumas práticas que podem ser desenvolvidas dentro da perspectiva da educação ambiental crítica, eu estaria indo de encontro com o que foi dito até aqui. Seria a questão da reflexão?

Loureiro: Vejo que toda prática tem sua utilidade, dependendo de como você vai construir e qual o objetivo de aprendizagem que está ali dentro. Coleta seletiva pode ser interessante, mas se for a partir de uma construção coletiva da escola, que você vai discutir a questão do lixo de um modo geral, aí você associa isso a várias temáticas relativas à questão do consumo da produção do que é descartável. Você pode discutir isso do ponto de vista do currículo ou do ponto de vista de ações variadas e, inclusive, a coleta seletiva. Aí ela faz sentido.

Querer implantar a coleta seletiva na escola só porque é legal, que é um projeto que todo mundo gosta, de dizer que fez educação ambiental, revender aquilo ali e ganhar algum trocado para fazer alguma coisa para escola é muito pouco. Então, não é a atividade em si que se configura como crítica ou não, e sim como você consegue e realiza e para que fins você a realiza. Então, coisas que para os outros é finalidade, para nós pode ser meio potencial para chegar a alguma coisa, então eu posso, através de uma discussão dessas, promover debates importantes e, inclusive, estimular a organização coletiva dos estudantes.

Pode ser Com-Vida, pode ser Agenda 21 escolar, pode ser grêmio estudantil, pode ser o que for. Eu não acredito nessas receitas do MEC que diz “tudo é Com-Vida”. Não, Com-Vida é uma possibilidade, é um arranjo de discussão coletiva que, particularmente, nem acho o melhor. Importante é promover a discussão coletiva na escola, o arranjo pode ser qualquer um, desde que tenha uma discussão coletiva na escola para fazer uma pauta ambiental. Aí sim pode surgir a coleta, pode surgir a visita, pode surgir a pesquisa na comunidade, pode surgir um trabalho com museu, um trabalho com teatro, pode surgir um monte de coisa e, de preferência, várias dessas coisas, pois uma pode complementar a outra.

Bárbara: Então a prática seria o menos importante? O mais importante seria esse processo?

Loureiro: Exato. O importante é o processo pedagógico que se constrói e que tem uma coisa efetiva e de aplicação imediata, mas que tem isso num sentido processual de construção e de reflexão coletiva. Podemos botar todas essas práticas aí dentro, mas elas têm finalidade, elas têm sentido se são diferentes e elas entram

em momentos diferentes do processo. Teve uma experiência em Angra, na época que o PT assumiu há algum tempo atrás, na primeira gestão. A coleta seletiva apareceu como uma questão nas escolas, mas o diferencial foi que antes disso veio toda uma reorganização da escola e o professor passou a ser exclusivo daquela escola. Toda semana ele tinha uma tarde para sentar com pais, com funcionários, com a comunidade em geral para fazer a construção do planejamento escolar, aí a coleta aparece como um elemento, mas aparece dentro de um processo de construção coletiva e não como uma solução por ela mesma. Assim, até nesse último livro "Sustentabilidade e Educação"⁴ que escrevi e que foi lançado recentemente, você vai entender tudo que estou falando agora. Nele eu falo isso tudo e no final eu coloco um conjunto de ações; às vezes é só para ilustrar o que dizer na participação em conselho sobre a discussão do uso da energia na comunidade, a discussão sobre a água. O modo como se organiza a comunidade para fazer a discussão são possibilidades, mas ali eu coloco muito claramente isso aí. Essas possibilidades têm um potencial maior de serem críticas, mas também não quer dizer que sejam, porque eu posso construir uma câmara técnica de educação ambiental em um comitê de bacia e fazer uma coisa completamente enviesada no sentido favorável ao agronegócio. Não é o espaço em si do comitê de bacia que vai garantir, ele tem um potencial maior porque ele é, em si, um espaço coletivo, um espaço de disputa mesmo, porque ali está todo mundo representado.

Naturalmente, a tendência é que as divergências apareçam, mas também não tem uma garantia. Então, o que define o sentido crítico é uma intencionalidade no processo pedagógico. Não tem que ser mais espontâneo... Um espontaneísmo pedagógico. Isso é besteira. Se todo mundo tem uma intenção, então explicita qual é sua intenção; se é uma intenção coletiva, isso tem um caminhar, então eu posso pensar todas essas atividades de educação ambiental que são faladas, mas dentro de um processo de construção que leve a uma reflexão no próprio processo.

Bárbara: Você diz que toda sua produção teórica foi em cima de alguma coisa prática, vivenciada. Mas houve alguma experiência marcante dentro do âmbito da perspectiva da educação ambiental crítica que você realizou ou encontrou em seu trabalho?

Loureiro: Vou te dar um exemplo concreto: esse livro mesmo que eu falei ainda há pouco, "Sustentabilidade e Educação", ele nasceu de uma discussão dentro da CIEA (Comissão Interinstitucional de Educação Ambiental) que participei na Bahia. Foi um conjunto de discussões que me colocaram ali, porque eu estava conduzindo

⁴ LOUREIRO, C. F. B. . Sustentabilidade e educação: um olhar da ecologia política. 1. ed. São Paulo: Cortez, 2012. 128p

essa reunião para a construção de um plano setorial e do programa voltado para o ensino formal. Então, com um conjunto de debates da CIEA e reuniões públicas construímos um processo de discussão pública e várias daquelas questões me levaram a escrever o livro.

O que tenho escrito sobre licenciamento nasceu da vivência de vários projetos de educação ambiental no âmbito do licenciamento de petróleo e gás, de licenciamento de mineração. Tudo que eu escrevi é em cima de práticas concretas, com pescador, com quilombola, com marisqueira, com agricultor rural. Tudo, sem exceção. Não tem um texto que eu tenha escrito sobre licenciamento que não tenha sido em cima disso. Com a unidade de conservação é a mesma coisa: aquelas concepções e construções metodológicas e aqueles livros que escrevi sobre construção metodológica de unidade de conservação, são resultados da vivência na Tijuca, em Jurubatiba, nas unidades no Paraná e no Rio Grande do Sul. Então está aí hoje e se consolidou e o Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade - ICMBio adota. É um movimento permanente que é vivenciado pelas experiências e à luz da reflexão que eu fiz permitiu construir uma concepção que hoje é incorporada pelos órgãos ambientais. Claro que há minha atuação também junto a esses órgãos ambientais, da construção das normas públicas, das quais participei de todas elas; da política nacional, de várias políticas estaduais, notas técnicas e instruções normativas.

Agora mesmo, sobre práticas religiosas, estou quase todo final de semana nos Terreiros, na Baixada, principalmente nos Terreiros de Candomblé. Por quê? Eles foram retirados daqui... Por que o preço da terra hoje não permite você ter um Terreiro, você não tem condição.

Bárbara: A aceitação dos religiosos é boa?

Loureiro: É. Totalmente colaborado. Quando vamos construir a norma do uso público é em cima do que é feito nos Terreiros, feito na conservação. Vai ter oficina de discussão conjunta, até quando sair a Lei e depois que sair o texto eu vou começar a escrever sobre isso, já está formado em minha cabeça. A coisa não é do tipo “constrói aí uma lei sobre norma de uso público de prática religiosa em unidade de conservação”, e aí eu saio catando coisas que existem pelo mundo e escrevo. Não. Tem que estar lá; passar um monte de sábado na Baixada. Toda semana estou me reunindo com liderança religiosa na Assembléia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro – ALERJ.

Bárbara: Ouvi falar sobre uma cartilha.

Loureiro: Tem uma cartilha. Faz parte de todo esse processo. Quando sai a publicação de uma lei, isso leva a um debate nacional, ou seja, para outros lugares.

Aí eu vejo como acontece nesses lugares. Muito do que eu construí – em gestão de água, licenciamento, unidade de conservação e agora com esse uso religioso em unidade de conservação – são processos que foram feitos com prática e teoria: formulação de leis, formulação de livros, de artigos. E está aí: hoje mais de dez alunos que defenderam só sobre a questão do licenciamento, dez dissertações no Brasil sobre isso. Todos orientados por mim. Sobre unidade de conservação tem uma enxurrada de teses, com orientação minha; a questão de água a mesma coisa. Esse é o movimento teórico-prático. Mas uma pessoa que não está conversando comigo pega o livro e fala: "Ih! Esse cara escreveu mais um livro". Não é bem assim, eu tenho essa facilidade de escrever.

Bárbara: Para encerrarmos essa entrevista, gostaria que você fizesse suas considerações finais e apontasse um pesquisador da nossa área para ser entrevistado.

Loureiro: A Michèle Sato. Inclusive a indico muito porque às vezes ela tem outro olhar teórico: às vezes se aproxima de crítica e às vezes não. Fica mais fenomenológico, mas ela é uma pessoa que fez um movimento de vida muito parecido com o meu. Observo isso não tanto pelo texto, mas quando ela fala mais sobre o assunto, pelo seu modo de agir.

Para finalizar, quero falar sobre uma coisa que acabo de lembrar. Dentro do próprio marxismo foram feitas muitas críticas ao chamado marxismo ocidental, exatamente porque caímos em um marxismo acadêmico. Tivemos grandes autores do marxismo que, às vezes, caíam nessa leitura de gabinete. Essa crítica também foi feita à Escola de Frankfurt e era uma coisa muito criticada exatamente porque perdia esse nexos. Você pode fazer todas as críticas possíveis à Rosa Luxemburgo, Sartre, Marx, Lênin, Lukács e à Gramsci. Enfim, há uma imensidão de autores que eu poderia citar aqui, mas nenhum deles pecou por incoerência, todos eles militavam, deram a cara à tapa, foram perseguidos e mortos.

Acho meio complicado as pessoas fazer determinadas críticas. Aí você pega um Gramsci, que foi um político que enfrentou o fascismo, bateu de frente com Mussolini, foi preso e mesmo assim conseguiu escrever "Os Cadernos do Cárcere". Escreveu numa cela, sem luz. Você pega Rosa Luxemburgo, que fez doutorado em economia e vinha de uma classe média alta na Polônia e abriu mão de tudo para construir um partido, para se dedicar aos operários. Foi perseguida, humilhada; escreveu fugindo, mudando de nome, mas foi capturada, torturada, estuprada e morta. E as pessoas criticam.

É melhor dizer que não concorda com as ideias, mas foram pessoas coerentes e essas pessoas formularam coisas que a gente não consegue formular. Alguém pode ter todas as críticas a Lênin, mas ele foi chefe de Estado, ele conseguiu escrever, ele conseguiu parar para pensar. Imagina um cara com 27 anos tendo que fazer a revolução? É questão de coerência. Muitas coisas que eles pensaram no final do século XIX e início do século XX não faz mais sentido hoje, mas não é isso. Você não tem que colher a afirmação, você tem que olhar a lógica da construção, de como se chegou naquilo e como aquilo fazia sentido há cem anos. Hoje pode não fazer sentido, dependendo o que você vai discutir, mas o importante não é essa discussão e sim entender como é que essas pessoas conseguiram chegar a esses conceitos. É isso que a gente tem que levar de herança dessas pessoas. Como é que o Marx conseguiu chegar àquela conclusão? Como ele chegou e pensou naquilo? Como ele formulou? O que fica é o método, é esse movimento que é eterno, o legado que ele deixou.

Estamos hoje num refluxo dentro da própria educação ambiental, acho que já tivemos momentos mais favoráveis de construção de uma concepção crítica, apesar de discursivamente todo mundo falar que é crítico, que todo mundo lê meus textos. Eu acho muito engraçado porque sou a pessoa mais citada, mas não necessariamente pelo fato das pessoas compactuarem no sentido da concordância, mas citam porque às vezes lêem alguma coisa que gostam, porque escrevi alguma coisa que ficou interessante, mas não pensam sobre aquilo. Então eu acho que hoje há um refluxo nesse sentido, acho que a discussão na EA se banalizou um pouco.

Acho que a lógica e a ideologia, de um pragmatismo, de um imediatismo ela está muito forte, nas escolas principalmente. Mas acho que há espaço de resistência que observamos em vários grupos na universidade, nas escolas, nos sindicatos, nos órgãos ambientais, nos movimentos sociais, que tensionam ainda esse processo. Temos a obrigação de continuar lutando por aquilo em que acreditamos. E realmente o que importa é esse processo da construção e da luta. A minha questão não é saber se eu ajudei a construir o melhor dos mundos, a minha questão é saber que eu ajudei a construir uma ponte que leva para outro lugar. Agora, que lugar é esse, se é melhor ou pior só a história vai dizer.

O que me deixa tranquilo, de certa forma e que elimina essa angústia que eu sinto nas pessoas é ter a certeza que faço o melhor que posso fazer, sempre coerente, e que não desisto. Porque essa hegemonia ideológica de capitalismo verde, de uma sustentabilidade empresarial, de um pragmatismo, isso aí não me leva a ter dúvidas sobre minhas escolhas e, pelo contrário, me leva a ter mais vontade de continuar

lutando, porque eu vejo isso tudo, mas eu vejo por que estudei e porque andei e conheço o Brasil inteiro.

Eu sei o que é a miséria absoluta; sei o que é fome e a necessidade da prostituição por não ter escolha; eu sei o que é a banalização da vida da pessoa que não dá mais valor nem pra ela mesma, porque eu convivi com isso tudo. Felizmente não precisei passar por isso tudo, mas estive diante disso tudo. Isso me leva a ter certeza absoluta de que essa não é a melhor sociedade que a humanidade é capaz de gerar e de que podemos, sim, construir outros caminhos.

Se eu vou enxergar isso lá na frente, não sei; nem se vou participar disso. Sei que os efeitos serão visíveis de alguma forma. Talvez eu não veja o fim do capitalismo, isso ainda vai levar muito tempo, se é que um dia... Eu não sei se o mundo acaba antes ou se o mundo consegue acabar com o capitalismo. Essa é uma questão que talvez eu leve para o resto da minha vida. Mas não é a minha angústia existencial, essa não é a minha angústia. Minha angústia seria não ter participado de nada que pudesse ter ajudado a superar isso daí. Eu fiz tudo que pude fazer e acho que aqueles que minimamente ainda acreditam em uma perspectiva crítica têm que continuar acreditando, lutando e fazendo dia-a-dia, sempre questionando, problematizando e levando, para essas e outras discussões da vida pública que definem as condições das escolas que são feitas, a certeza de que nós não podemos perder isso de vista jamais. □